



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Controle social e Sujeitos Políticos.

SERVIÇO SOCIAL E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS: UMA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nanna Krishina de Rodrigues Silva¹

Edson Trajano Vieira²

Moacir José dos Santos³

Resumo: O artigo tematiza sobre a importância da avaliação e análise de políticas e programas sociais na profissão de Serviço Social. A pesquisa foi exploratória, com abordagem qualitativa, e como técnica de pesquisa foi usada a pesquisa bibliográfica. Como conclusão, pode-se inferir que a avaliação e análise de políticas e programas sociais são um instrumento político de garantia e ampliação de direitos.

Palavras-chave: Avaliação de políticas sociais. Análise de políticas sociais. Serviço Social.

Abstract: The article discusses the importance of evaluating and analyzing social policies and programs in the Social Work profession. The research was exploratory, with a qualitative approach and as a research technique the bibliographic research was used. As conclusion can be inferred that the evaluation and analysis of social policies and programs is a political instrument of guarantee and extension of rights.

Keywords: Evaluation of social policies. Analysis of social policies. Social work.

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de ofensivas contra os direitos sociais e de desmontes das parcas políticas sociais existentes no Brasil, a avaliação e análise de políticas e programas sociais se tornaram temas de extrema relevância. A retração dos investimentos nessas políticas, combinada com o aumento da demanda, fez com que a racionalização dos investimentos e conceitos como eficiência, efetividade e eficácia emergissem para as arenas políticas das instituições. Cabe ressaltar que a relevância social das intervenções do Estado podem ser problematizadas e mensuradas, mas não cabem somente em gráficos estatísticos para análises quantitativas de efetividade, sendo necessária a análise qualitativa dos dados e dar voz aos gestores, aos técnicos que formulam, implementam e operam as políticas e programas sociais e, principalmente, aos usuários dos serviços.

Nestas linhas introdutórias, cabe elucidar que a avaliação de políticas sociais não é uma ciência neutra (SILVA, 2012), assim como nenhuma outra: é um ato político orientado

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade de Taubaté / Instituto Federal do Tocantins, E-mail: nannakrishina@gmail.com.

² Professor com formação outra áreas, Universidade de Taubaté, E-mail: nannakrishina@gmail.com.

³ Professor com formação outra áreas, Universidade de Taubaté, E-mail: nannakrishina@gmail.com.

por uma teoria social. Avaliar é considerar a demanda, a concepção, a implementação, o financiamento, o impacto e o controle social, ou seja, é uma imersão no espaço e tempo em que se localiza o objeto de estudo, em um movimento dialético do particular ao geral, esmiuçando os nexos de ligação e suas mediações. É dar conta do todo, sem esquecer que o todo também é parte, é volátil, é fluido no tempo e espaço, mas também é passível de determinações teóricas e da práxis social. É nesse contexto que a dimensão da pesquisa do profissional de Serviço Social se insere.

A profissão de Serviço Social apoia-se em construções teóricas das ciências sociais e humanas e tem um vasto arcabouço jurídico e compromisso ético-político expresso em suas normativas. O seu *ethos* tem o compromisso basilar com a classe trabalhadora e direção social hegemônica crítica (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993). A avaliação de políticas e programas sociais tem importância central no fazer profissional, visto que o assistente social está inserido desde o planejamento até a implementação das políticas e programas sociais (NETTO, 1992).

No próximo subtítulo, apresentaremos alguns apontamentos e conceitos de avaliação de políticas e programas sociais. Percebe-se na leitura especializada uma vasta gama de métodos, instrumentos e concepções teóricas em relação à avaliação de políticas e programas sociais, portanto destacaremos os autores assistentes sociais.

2 SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS

O Serviço Social é uma profissão interventiva, inserida nas ciências sociais aplicadas e com tradição nas lutas sociais em prol da conquista e efetivação de direitos e pela democracia. A primeira escola de Serviço Social no Brasil foi criada no Estado de São Paulo em 1930, regida através das orientações do Serviço Social norte-americano, o que a caracterizava como especialização da ajuda (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006). Essa característica marcou a profissão até a década de 1960, quando a categoria profissional realizou vários encontros discutindo métodos, teoria social, sociedade e Estado, ou seja, a direção social da profissão.

O contexto societário brasileiro da época era complexo, pois nele havia a efervescência política por causa da chegada dos escritos de Karl Marx e das formulações das reformas de base do presidente João Goulart (NETTO, 2009), ao mesmo tempo em que se gestava o processo do Golpe Militar de 1964, que instalou o período chamado de Ditadura Militar, bem definido por Netto (2009, p. 16):

De fato, o movimento de abril de 1964 foi um episódio de um processo muito mais amplo: o processo de uma contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial, com o objetivo explícito de travar e reverter as tendências democratizantes

e progressistas, mais ou menos radicais, que se registravam nas periferias capitalistas. Fomentado pelos Estados Unidos, esse processo marcadamente anticomunista teve episódios em todos os quadrantes do então Terceiro Mundo [...] e na América Latina.

O marco histórico de mudança da direção social da profissão foi o “III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo (SP), em fins de setembro de 1979, que constituiu uma referência indescartável no desenvolvimento da profissão” (NETTO, 2009, p. 15). Nesse congresso foi lançada em solo fértil a intenção de ruptura. Para melhor explicitar esse momento, Netto (2009, p. 31) nos aponta:

Relacionar o III Congresso à reinserção da classe operária na arena política é absolutamente necessário para compreender a sua significação – não foi por acaso que, no processo e na euforia da “virada”, substituída a mesa “oficial” do Congresso, nela tenha tido lugar aquele que, no momento, simbolizava a vigorosa emersão proletária na vida política, o então líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva. Mas não se trata, apenas, de significação simbólica: foi a imantação operada pelo protagonismo operário que precipitou e catalisou possibilidades concretas existentes no campo do Serviço Social, favorecendo a sua objetivação e dando suporte societário amplo à sua conversão em realidade. Tendências e posicionamentos até então moleculares, asfixiados pela dominância conservadora (bem expressa na direção das instâncias e fóruns já referidos), encontraram condições de plena manifestação. É só (e não minimizemos este só!) neste sentido que o III Congresso trouxe o Serviço Social à cena política: trouxe-o como partícipe das lutas abertas da resistência democrática, trouxe-o como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade e a ruptura com a tradição conservadora, a “virada”, enfim: através do III Congresso, o Serviço Social que ingressa na cena política o faz contra a ordem ditatorial e, no interior da vanguarda profissional que implementa este ingresso, não há somente segmentos democráticos – há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista.

Sobre a substituição (retirada) dos militares na mesa oficial do evento e a colocação da classe trabalhadora, Aldaíza Sposati (2009) salienta que foi um marco real da intenção de ruptura, que simbolizava os novos compromissos ético-profissionais da profissão. A assistente social Erundina (2009, p. 130) expressa as emoções desse momento histórico:

A mordaza imposta durante quinze anos pela ditadura militar, que havia calado ou imposto o sussurro, sucumbiu, no interior da categoria dos assistentes sociais, pela voz que se fez ouvir no Anhembi. Foi com a voz embargada pela emoção, alegria e esperança que os assistentes sociais passaram a construir, em todos os rincões deste país, seu novo momento, com novos atores, com novas práticas, com novas ferramentas teóricas para a compreensão da sociedade e do Serviço Social.

A partir desse momento histórico, o Serviço Social conforma-se hegemonicamente à teoria crítica marxista, o que colore o *ethos* profissional com as cores da classe trabalhadora e afiança seus compromissos nos princípios fundamentais do Código de Ética dos/das Assistentes Sociais de 1993 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993). Esse profissional está inserido em diversas políticas e programas sociais como saúde, assistência social, previdência social, educação, extensão rural, sociojurídico e várias outras (BOSCHETTI, 2009b). Nesses espaços, as suas atribuições são amplas, podendo planejar,

formular ou executar as políticas e programas sociais (NETTO, 1992), portanto a avaliação de políticas e programas sociais é uma atividade central de seus processos de trabalho. No próximo subtítulo, conheceremos algumas conceituações sobre o que são a avaliação e a análise de políticas e programas sociais.

2.1 Avaliação de políticas e programas sociais

A avaliação de políticas e programas sociais entra na arena política em meados da década de 1980 e ganha força na década de 90 com a contrarreforma do Estado (GOMES, 2001; BOSCHETTI, 2009a; SILVA, 2001). Para as autoras Gomes (2001), Boschetti (2009a) e Silva (2001), a avaliação de políticas e programas sociais não é um mero instrumento de pesquisa qualitativa, tomando contornos de instrumento político, seja de equidade, seja de justiça social, seja de diminuição dos gastos sociais. Conforme salienta Gomes (2001, p. 18): “[...] a avaliação tem uma perspectiva política que deve ser resgatada no sentido de contribuir para garantir a efetivação e universalização dos direitos de cidadania”. A argumentação de Gomes coaduna com a de Boschetti (2009a, p. 4): “A avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade”.

Conforme exposto, para o Serviço Social a avaliação ou análise não é ingênua, ela se situa no âmbito político, orientado pela teoria social do avaliador e com suas finalidades (BOSCHETTI, 2009a). Há uma infinidade de métodos, “assim, o método (caminho) de análise e avaliação é um instrumento que deve ser inserido no arcabouço teórico que lhe dá sentido e direção” (BOSCHETTI, 2009a, p. 16). Ele é escolhido em consonância com os objetivos pretendidos, estando submetido à teoria social, sendo os instrumentos variados e múltiplos.

A avaliação de políticas e programas sociais é a pesquisa da própria realidade, em que antes havia uma demanda e houve-se uma intervenção para a alteração daquela realidade. Assim, para Silva (2012, p. 224), a realidade, como objeto de pesquisa, “deve ser considerada criticamente. [...] Logo, essa perspectiva teórica significa o pensar e o construir ciência, contrapondo-se à neutralidade defendida pela ciência positivista”. A não neutralidade não significa falta de rigor, mas que a escolha do pesquisador por um método e seus instrumentos é feita a partir de seu entendimento de mundo, que é mediado pela teoria social.

Nesse sentido, a análise e avaliação de políticas sociais ultrapassam a mera disposição e utilização primorosa de métodos e técnicas racionais e operativos, preocupados com a relação custo-benefício ou com a eficiência e eficácia. A

avaliação de políticas sociais deve se situar na compreensão do significado do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia. Quando entendida como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e classes sociais em cada contexto histórico, a análise das políticas sociais deve tentar superar enfoques restritos ou unilaterais, comumente utilizados para explicar sua emergência, funções ou implicações. Ao privilegiar os impactos das políticas sociais, as análises pluralistas se habituaram ao racionalismo tecnocrático que busca enxergar a eficiência e eficácia, sem discutir a (im)possibilidade de justiça social e equidade no capitalismo, e limitando-se a demonstrar os parcos e limitados impactos de programas específicos em situações bem delimitadas histórica e socialmente. (BOSCHETTI, 2009a, p. 5).

Existem várias definições sobre avaliação de políticas e programas sociais. Sendo esse um campo amplo e contraditório, optamos por utilizar apenas autores assistentes sociais para coadunar com o objetivo deste estudo. Para Silva (2008, p. 114),:

Partindo dessa complexa concepção de avaliação de política e programa social, considero que as funções da avaliação apresentam três dimensões: função técnica: a) fornecer subsídios para correção de desvios no decorrer do processo de implementação; b) indicar em que medida objetivos e mudanças ocorreram; c) subsidiar a elaboração ou redimensionamento de políticas e programas sociais. Função política: oferecer informações para sujeitos sociais fundamentarem lutas sociais no campo das políticas públicas (controle social); construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social. Função acadêmica: desvelar as determinações e contradições presentes no processo das políticas públicas, evidenciando os significados mais profundos dessas políticas (sua essência), para a construção do conhecimento.

Boschetti (2009a) compreende que avaliar é julgar se os objetivos propostos foram cumpridos. Para tanto, a autora propõe que:

A avaliação de uma política social pressupõe inseri-la na totalidade e dinamicidade da realidade. Mais que conhecer e dominar tipos e métodos de avaliação ou diferenciar análise e avaliação, é fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito e que, para exercer essa função, como seu objetivo primeiro, devem ser entendidas e avaliadas como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos. Para tanto, toda e qualquer avaliação de políticas sociais (ou de programas e projetos) deve se sobrepor à mera composição de técnicas e instrumentos e se situar no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado. (BOSCHETTI, 2009a, p. 3).

Em suma, podemos inferir a partir dos autores estudados que a avaliação de políticas e projetos sociais é uma pesquisa qualitativa ou quali-quantitativa, rigorosa e sistemática, que admite vários métodos e visa à adequação dos objetivos da política ou programa à realidade e à construção da cidadania, da democracia e da instrumentalização da população usuária (GOMES, 2001; BOSCHETTI, 2009a; SILVA, 2001). No próximo subtítulo, apresentaremos a pesquisa e os métodos identificados nos periódicos Qualis-Periódicos A1 de Serviço Social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A publicação de resultados de pesquisas científicas, socialização de projetos de extensão ou relatos de experiências em periódicos se tornou um importante canal de veiculação e disseminação de conhecimento produzido nas academias e nas bases profissionais. Através dela é possível perceber as novas tendências das áreas de conhecimento e as novas metodologias de pesquisa. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) possui a classificação dos periódicos por áreas de conhecimento, sendo que os indicadores de qualidade variam de A1 (mais elevado) a C (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2017).

A pesquisa que embasou este estudo foi exploratória com abordagem qualitativa, tendo como tema a avaliação de políticas e programas sociais. A pergunta que norteou a pesquisa foi: “Quais são os principais métodos de avaliação de políticas e programas sociais utilizados pelo Serviço Social?”. Para tanto, buscou-se identificar os principais métodos de avaliação de políticas e programas sociais, utilizados pelo Serviço Social no período de 2015 a 2017, nos periódicos *on-line* em língua portuguesa, classificados com Qualis-Periódicos A1 da Capes, no quadriênio 2013 a 2016.

A população desta pesquisa foram 16 revistas, sendo que duas formaram a amostra, pois eram direcionadas aos assistentes sociais. Ambas são publicadas quadrimestralmente, aceitam submissões nacionais e internacionais e contam com mais de 20 anos de publicações.

Um momento importante do estudo foi a pesquisa bibliográfica. Para Gil (2006, p. 45), “em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados bibliográficos”, o que coaduna com os autores Marconi e Lakatos (2009), que argumentam que ela é um adendo na análise da pesquisa e abre possibilidade de um exame sobre o que já foi escrito sobre determinado assunto. Os resultados desta fase da pesquisa serão expostos no próximo subtítulo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre os anos de 2015 e 2017, as revistas da amostra publicaram 18 fascículos e 202 artigos. Analisamos os resumos dos artigos e identificamos 11 artigos que apontavam ter como objetivo avaliação ou análise de políticas e programas sociais. Para analisarmos os artigos selecionados, definimos as variáveis: formação profissional, inserção sócio-ocupacional, método de avaliação, teoria social, técnica de pesquisa e política ou programa

social avaliado. Ambas as revistas têm mais de 20 anos de publicações e participaram efetivamente do amadurecimento do Serviço Social brasileiro.

Observou-se que, em relação à formação profissional e à inserção nos espaços sócio-ocupacionais dos autores, eles são hegemonicamente assistentes sociais e são docentes. Essas informações foram coletadas nas próprias publicações. A hegemonia de publicações de docentes reforça a ideia de que os profissionais de base, ou seja, técnicos e analistas, não conseguiram conciliar a execução e a formulação de políticas e programas sociais (NETTO, 1992; IAMAMOTO, 2000) com a divulgação da dimensão investigativa do fazer profissional através da produção científica. Esse saber profissional é uma importante fonte de conhecimento, conforme Marsiglia (2009, 1):

Mas a prática profissional representa uma das possibilidades de se produzir conhecimento também. Alguns preferem denominar essa produção como um tipo de saber, e na pós-graduação de algumas áreas mais profissionalizadas, como é o caso do Serviço Social, tem-se valorizado o saber que se origina do fazer profissional.

O recrudescimento das flexibilizações do mundo do trabalho é um dos aspectos que ocasiona esse hiato entre os profissionais de ponta dos programas e a produção científica, visto que as relações de trabalho estão cada vez mais pautadas em metas, horas e conceitos como eficiência, eficácia e efetividade. Considerando que o fazer profissional do assistente social é contraditório dentro da sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2009), visto que ele é um profissional com compromisso ético-político de emancipação humana que só é possível em outro tipo de sociabilidade, a sua atuação nos espaços ocupacionais é complexo, pois atua visando a assegurar a ampliação e a consolidação de direitos e em muitos momentos atua na formação de consensos. O profissional de Serviço Social é, desse modo, um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho, e seus processos de trabalho são contraditórios, como aponta Iamamoto (2009, p. 8):

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. Em outros termos, repõe-se, nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito.

A teoria social crítica embasou todos os estudos analisados, coadunando com a direção social hegemônica do Serviço Social. Cabe salientar que o Código de Ética dos/das Assistentes Sociais de 1993 garante em seu princípio fundamental número VII a “garantia do

pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 24). Para Netto (2009, p. 15), “no âmbito do Serviço Social brasileiro contemporâneo – âmbito que registra a coexistência de várias concepções teórico-metodológicas, ideopolíticas e profissionais, configurando um universo diferenciado e heteróclito –, existem poucos consensos”.

Em relação aos métodos de avaliação, conforme a autora Cavalcanti (2007, p. 62), “a avaliação é, portanto, considerada um instrumento para medir e julgar objetos ou pessoas através de um processo de quantificação que permite estabelecer números ou pontuações sobre o que está sendo avaliado”. Nos periódicos pesquisados, foi localizado um estudo que fez análise de indicadores, através de pesquisa documental. Os outros estudos aproximam-se das características do que Cavalcanti chama de “Enfoque de Análise de Políticas Públicas” (CAVALCANTI, 2007, p. 127):

a) a descrição do conteúdo da política pública; b) a compreensão do impacto das forças sociais sobre o conteúdo das políticas públicas; c) a análise das implicações que possuem os arranjos institucionais e os processos políticos (jogos de poder, atores sociais, etc.) nas políticas públicas; d) a análise das consequências das políticas públicas sobre o sistema político e; e) a avaliação do impacto das políticas públicas sobre a sociedade, tanto em termos das consequências esperadas como daquelas não esperadas. (CAVALCANTI, 2007, p. 167).

Nos outros dez artigos analisados, encontramos análises de fragmentos das políticas e programas sociais. Cabe destacar que nove artigos utilizaram como uma das técnicas de pesquisa a documental, e cinco usaram a técnica de pesquisa bibliográfica. Para Gil (2006, p. 45), “a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico”. Salientamos que as técnicas de pesquisa podem ser usadas isoladamente ou de forma complementar para o melhor entendimento do objeto.

A pesquisa de campo foi usada quatro vezes, dois artigos fizeram entrevistas, um realizou grupo focal com usuários e gestores, e um utilizou observação direta. Percebemos que as produções científicas estudadas, em sua maioria, analisam um ou alguns poucos aspectos das políticas e dos programas sociais, mas não as avalia em todos os seus componentes, o que dificulta a utilização de seus dados para correção dos objetivos e aferição de resultados (SILVA, 2008; JANNUZZI, 2014).

As principais políticas analisadas foram a Política Nacional de Assistência Social (3 artigos) e a Política Fundiária (3 artigos), seguidas da Política de Saúde (2 artigos). Houve também estudos sobre a Política Nacional para Arranjo Produtivo Local – APL (1 artigo), Programa Criança Feliz (1 artigo) e Programa Nacional de Assistência Estudantil (1 artigo).

Como aproximações conclusivas da pesquisa, podemos inferir que, conforme Jannuzi (2014, p.31), “não existe um método ou estratégia ‘padrão-ouro’ para a produção de uma avaliação. O melhor método é o que produz as evidências que respondem de forma consistente às demandas requeridas, ao tempo de seu uso na decisão da gestão pública”. Avaliar é uma ação multidisciplinar, é na somatória de saberes que existe a possibilidade de contribuições efetivas para os ajustes necessários nas políticas e programas sociais.

Salientamos que as análises de partes das políticas e programas sociais são de suma importância para melhorar os serviços prestados aos usuários e viabilizar o monitoramento das ações. Sendo assim, tanto a análise como a avaliação são de extrema importância no fazer profissional do assistente social, configurando como instrumento de garantia e efetivação de direitos da população usuária. As poucas publicações que apresentaram com clareza o objetivo de avaliar ou analisar políticas e programas sociais nos mostram que ainda existe a necessidade de nos instrumentalizar como profissão propositora (formuladora), e não apenas executora (NETTO, 1992).

É importante ressaltar que nenhum dos artigos se propôs a estudar metodologias de avaliação e análise de políticas e programas sociais. Somos cientes de que esta pesquisa foi realizada em um universo restrito de publicações, não podendo generalizar seus resultados, mas podemos ratificar a necessidade de tais estudos como importantes instrumentos de garantia e ampliação e direitos.

5 CONCLUSÃO

Por meio dos autores estudados, concluímos que avaliar é um julgamento de valores baseados em critérios objetivos predeterminados. A escolha dos critérios também pode ser analisada, pois essa escolha é política, orientada pela visão de mundo do avaliador. Essa avaliação é de suma importância para compreendermos se sua implementação configura-se em efetivação de direitos, na formação de consensos ou na pacificação de conflitos sociais iminentes.

Como já exposto, o Serviço Social é uma profissão com posição política alicerçada em defesa da classe trabalhadora e acredita que a construção da cidadania nesta sociedade capitalista é uma estratégia de instrumentalização dos trabalhadores para a construção de uma nova sociabilidade mais justa e igualitária. A impossibilidade de igualdade neste *status quo* está situada no fato de que os homens não nascem iguais, e seu lugar de nascimento (classe, cor, raça, gênero, cidade e outros) define, potencializando ou cerceando, as possibilidades de participação nas riquezas socialmente produzidas.

Cabe às profissões e aos profissionais críticos e criativos fazerem o enfrentamento dessas condições materiais. Para que isso seja possível, é necessário que as políticas e programas sociais sejam avaliados e analisados na totalidade e em suas parcialidades, tendo os seus nexos de ligações e mediações investigados e situados historicamente, expondo as contradições internas e externas. Esse processo é de suma importância para as conquistas, garantias e efetivações de direitos de cidadania, visto que são nas contradições que se localizam as possibilidades de tensionamento das correlações de força, podendo criar dentro da sociedade vigente espaços para a melhora da qualidade de vida dos usuários de serviços oferecidos pelas políticas e programas sociais.

Nessa perspectiva, podemos considerar que o desenvolvimento regional poderá amenizar as disparidades sociais e econômicas, alterando as realidades que violentam a classe trabalhadora dos grandes centros aos rincões do Brasil. Cientes de que este estudo é exploratório e inicial, pretendemos aprofundá-lo e ampliá-lo, pois entendemos que o profissional de Serviço Social, inserido nas políticas e programas sociais, pode contribuir na formulação, implementação, monitoramento, avaliação e socialização dos resultados, ampliando os espaços participativos nas diversas políticas e programas sociais, propiciando o desenvolvimento sustentável local e regional. Sabemos que é um processo complexo e árduo, no entanto o compromisso basilar da profissão de Serviço Social com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária joga luz, ora cintilante, ora vacilante, sobre os tempos sombrios que vivemos.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). **Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD, 2009a.
- _____, Ivanete. O projeto ético político profissional trinta anos depois: sentido e desafios. p. 145-156. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: 2009b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.
- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas**: uma contribuição para a área educacional. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252127>>. Acesso em: 10 mai. 2018
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1993. CFESS, Brasília, 1993.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Qualis**. Brasília: Nov. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>>. Acesso em: 5 maio 2018.

ERUNDINA, Luísa. Processo e significado da virada. p. 107-130. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. p. 17-36. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

_____, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEAD/UnB, 2009. Disponível em: <https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**. v. 25, n. 58, p. 22-42. São Paulo: maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2916/2768>>. Acesso em: 15 maio 2018.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria de. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações Básicas para a Pesquisa. In: MOTA, Ana Elizabete. et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS/OMS, 2009. Disponível em: <xa.yimg.com/kq/groups/25803251/985888689/name/texto+pesquisa.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. p. 15-42. In: Conselho Federal de Serviço Social (Org). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. p. 37-93. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

_____, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. p. 89-178. In: _____. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Maria Ozanira da Silva e. Construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social. **Textos & Contextos**. Porto Alegre. v. 11, n. 2, p. 222-233, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12661/8633>>. Acesso em: 13 maio 2018.

SPOSATI, Aldaiza. A perspectiva do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. p. 81-96. In: Conselho Federal de Serviço Social (Org). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-CongressodaVirada-Site.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.